



## Seminário de Gênero e Raça

5º Seminário de Gênero e Raça do Sindprevs/SC foi realizado em São José, entre os dias 17 e 19 de outubro

PÁG. 6

## Servidores públicos na mira de Bolsonaro

A reforma administrativa proposta pelo governo deve conter o fim da estabilidade para os servidores públicos. As novas contratações de servidores públicos devem

ser realizadas via contrato por tempo indeterminado, facilitando as demissões. Bolsonaro deve aproveitar projetos de lei que já tramitam no Congresso para

acelerar a reforma. Nesta edição trazemos um resumo de alguns pontos em que a reforma mudará na vida laboral dos servidores. PÁG. 3



## A comunicação como arma para nossa luta

O Sindprevs/SC completou 31 anos em 17 de outubro. Nesta trajetória de vitórias, conquistas e muitos enfrentamentos sua história foi concretizada dia a dia junto aos trabalhadores e trabalhadoras e contada em nossos diversos meios de comunicação, sejam eles impressos ou em meio virtual, em palavras, ou imagens, em vídeos ou cartazes. Uma história que orgulha a todos e todas, os que por aqui passaram e os que ainda seguem nas fileiras do Sindicato.

Nosso jornal resiste ao tempo e se moderniza, se moldando às necessidades da categoria. Ele existe desde 1989. Em 1992 o antes Jornal do Sindprevs/SC passa a se chamar Jornal Previsão, hoje

nome que leva a nossa revista, com temas amplos e politizados. Em 2013, nosso jornal troca de nome e vira o SINDPREVS/SC EM PAUTA. Este ano, quando o Jornal do Sindprevs/SC faz 27 anos, gozando de credibilidade e levando informações de qualidade até nossos filiados e filiadas, fomos presenteados com mais um novo projeto gráfico e editorial. Isso é possível por uma direção de vanguarda que acredita na comunicação como arma para a organização da classe trabalhadora.

Em tempos de redes sociais, é preciso também avançar na comunicação impressa, deixando-a mais leve, moderna e em sin-

tonia com as demandas atuais da categoria. Neste sentido apresentamos a primeira edição do EM PAUTA todo reformulado. Esperamos que gostem e continuem dando vida ao nosso jornal, porque um jornal não existe sem seus leitores.

Em meio a notícias rápidas, imagens velozes, informações aceleradas e infelizmente muita Fake News é bom saber que nosso jornal chega à casa dos filiados e filiadas com informações da nossa luta e se contrapondo à mídia hegemônica do capital.

Sigamos transformando a comunicação do Sindprevs/SC e usando-a como arma para um mundo melhor, mais justo e igualitário.

### Expediente



Sindprevs/SC em Pauta é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina.

**Textos, Edição, Fotos e Editoração:**  
Rosângela Bion de Assis (390/SC JP),  
Marcela Cornelli (921/SC JP) e Clarissa Peixoto (3609/SC JP)

**Projeto Gráfico:**  
Mariana da Silva Buógo

**Edição de arte e ilustração:**  
Frank Maia

**Tiragem:** 5.000 exemplares.  
imprensa@sindprevs-sc.org.br  
Os textos assinados não correspondem à opinião da Diretoria do Sindprevs/SC.

#### DIRETORIA SINDPREVS/SC

Vera Lúcia da Silva Santos (Coordenação Geral) • Fátima Regina da Silva (Diretora da Secretaria-Geral) • Clarice Ana Pozzo (Diretora da Secretaria-Geral) • Valmir Braz de Souza (Diretor do Depto. Administrativo e Financeiro) • Valéria Freitas Pamplona (Diretora do Depto. Administrativo e Financeiro) • Luiz Fernando Machado (Diretor do Depto. de Política e Organização de Base) • João Paulo S. Silvestre (Diretor do Depto. de Política e Organização de Base) • Sabrina Fermiano Campos (Diretora do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos) • Alessandra Oville Couto (Diretora do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos) • Maria Goreti dos Santos (Diretora do Depto. de Comunicação) • Marialva Ribeiro Chies de Moraes (Diretora do Depto. de Comunicação) • Roberto Machado de Oliveira (Diretor do Depto. Jurídico) • Rosemeri Nagela de Jesus (Diretora do Depto. Jurídico) • Juanita Cordeiro dos Santos Aune (Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas) • Eni Marcos de Medeiros (Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas) • Cleusa Maria Pereira (Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador) • Ana Maria Pereira Vieira (Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador) • Maria Lúcia Bittencourt da Silva (Diretora do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo) • Murilo Cardoso (Diretor do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo) • Luciano Wolffenbüttel Vêras (Diretor do Depto. de Relações Intersindiais e Relações de Trabalho) • João Olimpio Ferreira (Diretor do Depto. de Relações Intersindiais e Relações de Trabalho) Conselho Fiscal  
Titulares: Maria Magui Schlickmann, Marilda Lima, Vilbó Pereira • Suplentes: Rejane Maristela Bortoluzzi e Yolanda Medeiros



ATENDIMENTO EXTERNO DO SINDICATO DAS 9H ÀS 18H

(48) 3224-7899 | www.sindprevs-sc.org.br

Rua: Angelo La Porta, 85, Centro, Florianópolis/SC | CEP: 88020-600

@sindprevs@sindprevs-sc.org.br @sindprevs  
f Sindprevs Santa Catarina i sindprevs.sc

# Fim da estabilidade pode vir com a reforma administrativa

O governo Bolsonaro pretende realizar uma reforma administrativa, através da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Segundo informações divulgadas pela mídia, a reforma administrativa deve conter o fim da estabilidade dos servidores públicos, porém deve ser mantida a estabilidade dos auditores fiscais, fiscais do trabalho e diplomatas, funções que seriam "sujeitas a pressões". As novas contratações de servidores públicos devem ser realizadas via contrato por tempo indeterminado, facilitando também as demissões. Segundo o assessor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antônio Augusto de Queiroz, em artigo publicado no site do órgão, para acelerar a reforma, Bolsonaro deve aproveitar projetos de lei que já tramitam no Congresso, a exemplo do PLP 116/2017, da senadora Maria do Carmo (DEM/SE), em regime de urgência no Senado que trata do fim da estabilidade; do PLO 92/2017, do governo Dilma, que autoriza a criação de fundações estatais; o PL 10.720/2018, do senador José Serra, que prevê contratação através de or-



ganizações sociais; do PLP 268/2017, do ex-senador Valdir Raupp (MDB/RO), que reduz a participação dos segurados e assistidos na governança dos fundos de pensões. Queiroz lembra ainda que Bolsonaro já anunciou o fim dos concursos públicos e dos reajustes salariais.

"A julgar pelas declarações e ações do governo, a reforma administrativa será a bola da vez, ou seja, o servidor e o serviço público serão escolhidos como a variável do ajuste. Aliás, o aumento das alíquotas e a progressividade da contribuição e o fim dos reajustes, já são sinais mais que suficientes

do período de dificuldades que se avizinham para o funcionalismo público. É a tempestade perfeita pela combinação da crise fiscal, do congelamento de gasto público determinado pela EC 95/2016 e do preconceito governamental para com o serviço e o servidor público", avaliou Queiroz.

# Governo Bolsonaro impõe retrocessos a servidores

A retirada de direitos no serviço público e os retrocessos sociais foram abordados na Plenária Nacional da Fenasp, realizada dia 22 de setembro, em Brasília. O Sindprevs/SC enviou representantes ao evento. Participaram como convidados da Plenária Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Marcelo Trindade, assessor Jurídico da Fenasp e Démerson Dias, ex-dirigente da Fenajufe. Fattorelli observou que esta crise é fabricada e o que o alvo sempre foi o orçamento público. Para ela, o objetivo

da reforma da Previdência é continuar transferindo recursos públicos para o mercado financeiro. “Nosso país é rico e é uma mentira que está quebrado”, disse Fattorelli. O assessor jurídico da Federação, Marcelo Trindade, falou sobre a PEC da Reforma da Previdência e seus reflexos nos direitos dos servidores. Ele disse que a reforma é desastrosa para os servidores ativos e aposentados, aumentando as exigências para a aposentadoria e criando uma série de entraves, podendo também reduzir remuneração de todos a partir do aumento nas

alíquotas da contribuição para o Seguro Social, atingindo ativos e aposentados. Que poderão ser chamados a fazer contribuições extraordinárias se o sistema apresentar déficit. “O governo já diz que o sistema tem déficit hoje, imagina agora que pretende mudar o modelo público de Previdência”. “Se o servidor não atingir a pontuação estipulada pode ter a gratificação diminuída e isso afetará o valor de sua aposentadoria”, completou. Démerson Dias trouxe uma reflexão sobre as novas tecnologias e suas consequências

para o serviço público. “Na revolução industrial, quando as máquinas passaram a fazer serviços que eram do trabalhador e a automatização chegou, nos convenceram que seria bom que trabalharíamos menos, e teríamos mais tempo livre, o que assistimos hoje é o contrato, o trabalhador trabalha mais, tem menos tempo livre para a família, estudo e lazer e anda está mais adoentado e entristecido”. A Plenária também aprovou as propostas de luta dos encontros setoriais realizados no dia 21, já divulgado no relatório completo pelo APP do Sindprevs/SC.



# “Sem confronto não há como avançar neste governo”



O Sindprevs/SC realizou no dia 13 de setembro o Encontro Setorial dos Servidores do INSS, em Florianópolis. Esteve presente no Encontro debatendo com os trabalhadores e trabalhadoras o assessor Jurídico do Sindprevs/SC, Luiz Fernando Silva.

Luiz Fernando alertou para a aceleração da privatização dos serviços públicos no País, começando pelos Correios. O INSS também está na mira do governo de Jair Bolsonaro. “O ataque aos serviços públicos é uma política de âmbito mundial e, para isso, os governos editam medidas, a exemplo do Brasil, como o Projeto de Lei de Insuficiência de Desempenho”. Para o assessor, não estamos sendo capazes de dialogar com a população e a única versão que os trabalhadores têm é a da mídia do capital, que vende que os servidores são incompetentes.

Outros problemas identificados por Luiz Fernando foram a ausência de negociação efeti-

va no atual governo e a diminuição dos orçamentos de áreas essenciais como a educação. “As entidades estão tentando negociar e sentando em algumas mesas de negociação, porém sem confronto efetivo não há como avançar neste governo. Ou os servidores públicos se mobilizam ou não haverá negociação efetiva”. Ele alertou também sobre a segregação dos aposentados da folha de pagamento dos órgãos, Ministério da Saúde e Anvisa, e a transferência para o Ministério da Economia. “O governo quer reduzir direitos e investimentos nos setores públicos para usar o dinheiro em outras áreas de seu interesse e do interesse do mercado. Essas políticas não são novidades, mas estão sendo aprofundadas pelo atual governo”.

“Com a avaliação de desempenho e as metas atuais no INSS ficará, daqui a pouco, impossível os servidores receberem a gratificação na sua integralidade e os trabalhadores vão perder sim salários. A reforma (da Previdência) em curso

abre brecha para contribuições maiores”. Como resistir? Luiz Fernando disse que a resistência aos ataques deve vir não só no campo jurídico, mas principalmente através da política. “Precisamos estudar mais, precisamos de coragem. Não estamos enfrentando o governo Bolsonaro/Guedes.

Estamos enfrentando coisas bem maiores. Fizemos greves na ditadura. Precisamos retomar a luta, apoiar movimentos sociais e dos estudantes, disseminar na base mais informações, lutar pela quebra do monopólio da mídia e lutar contra as gratificações de desempenho, que são uma forma de assédio aos servidores”.

## ENCONTRO NACIONAL DO INSS

### PROPOSTAS APROVADAS NO ENCONTRO

- 1 Cobrar do INSS o fim do assédio moral no trabalho, a exemplo de metas abusivas, produtividade, remoções à revelia, abertura de PADs, etc;
- 2 Revogação da portaria número 6 que associa a produtividade às gratificações;
- 3 Solicitar ao INSS a criação de um Comitê para construir novos processos de trabalho no Instituto;
- 4 Manifesto contra a reforma da Previdência;
- 5 Manifesto contra as alterações dos processos de trabalho e metas abusivas;
- 6 Criação de uma Comissão nacional dos Técnicos e Analistas do INSS;
- 7 Seminário Nacional sobre as alterações do processo de trabalho o INSS.

# Seminário de Gênero e Raça propõe aproximação dos sindicatos à pauta dos movimentos sociais



**5º Seminário de Gênero e Raça do Sindprevs/SC foi realizado entre os dias 17 e 19 de outubro**

Quem sai perdendo com as reformas trabalhista e previdenciária? A pergunta foi o ponto de partida do 5º Seminário de Gênero e Raça do Sindprevs/SC. Ao longo de três dias, mais de



professor Lino Gabriel Nascimento dos Santos e pela historiadora Jeruse Romão. Lino relatou suas experiências como homem trans e traçou relações entre a realidade des-

200 pessoas compartilharam informações e posições sobre o impacto das reformas sobre as mulheres trabalhadoras, a população negra e LGBTI+.

O evento mesclou momentos de debates com apresentações culturais, buscando problematizar as diversas formas de opressão que perpassam as condições de gênero, raça e classe. Após a cerimônia de abertura, na quinta-feira (17), o professor e pós-doutor Marcos Rodrigues da Silva fez uma exposição sobre a conjuntura e como ela amplia as desigualdades. Falou sobre os efeitos daquilo que denominou como “Projeto de desenvolvimento liberal, classista, de nacionalismo não republicano”.

O segundo dia começou com o painel “O que as reformas trabalhista e previdenciária têm a ver com transexualidade, identidade de gênero, gênero, orientação sexual e raça?”, estimulado pelas intervenções do

A efetiva participação do movimento negro na construção da Constituição de 1988, que fundou o modelo de previdência social brasileiro, foi lembrada por Jeruse. Para ela, a reforma desmonta esse modelo e acentua o racismo, afetando prioritariamente mulheres e jovens. “Entram mais cedo no mercado e recebem os menores salários. A reforma da previdência compõe um pacote de maldade contra negras e negros”.

O trabalho informal e os aspectos sociais, políticos e econômicos, com enfoque em gênero e raça foi o tema do segundo painel da sexta-feira (18). Participaram da exposição o Diretor Aposentado



do Sinergia, Wilson Martins, e a militante da central sindical CSP-Conlutas, Ingrid Assis.

Wilson lembrou que no Brasil falta trabalho para 28,1 milhões pessoas. Ele também apontou que a população negra, que ingressa no trabalho mais cedo, ocupa as vagas de menor qualificação e informais, atrapalhando os estudos. “O mercado informal no Brasil é predominantemente ocupado por negros e indígenas. Entre 2014 e 2017, 62% dos postos informais foram ocupados por mulheres negras”.

Ingrid destacou que ser indígena é visto hegemonicamente como algo ruim e

que seu reconhecimento foi um processo difícil. “Se temos a população negra nos piores trabalhos, os indígenas, às vezes, não conseguem nem estar nos trabalhos informais. A gente não pode achar que de um lado está a luta do sindicato e de outro a luta popular, ela é conjunta”. A luta coletiva foi tema do último painel que procurou conectar os desafios do movimento sindical às lutas articuladas pelos movimentos sociais. Compuseram este debate Luciana de Freitas Silveira e Maria de Lurdes Mina, do MNU, Daniel Paz dos Santos, do Movimento de População em Situação

de Rua e Carol Carvalho, da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros. As representações apresentaram suas ações no movimento social e expressaram a importância dos sindicatos encamparem as lutas conjuntas.

O 5º Seminário de Gênero e Raça do Sindprevs/SC encerrou com uma roda de conversa, entre trabalhadores e trabalhadoras da base do Sindprevs/SC e ativistas dos movimentos sociais, para trocar experiências e pensar estratégias de resistência conjuntas, diante do cenário de intolerância e redução de direitos sociais.



# STF decide contra data-base dos servidores



Em sessão extraordinária, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Poder Executivo não precisa conceder anualmente revisões gerais no vencimento de servidores públicos.

Dirigentes da Fenasps e do Sindprevs/SC, bem como a assessoria jurídica das entidades, acompanharam a sessão do STF do dia 25 de setembro, que tratou do direito de servidores públicos à indenização, por não receberem as revisões gerais anuais em seus vencimentos, conforme prevê o artigo 37 da Constituição Federal. A decisão positiva sobre a matéria gerava expectativa ao conjunto dos servidores federais, porque

seria uma vitória na luta pela fixação da data-base do serviço público federal.

A votação contou com seis votos contrários, incluindo o do presidente, Dias Toffoli, e quatro votos favoráveis ao pedido dos trabalhadores. No entanto, ficou determinado que o chefe do Executivo deve apresentar justificativa ao Legislativo para não realizar as revisões. A decisão foi tomada na análise do Recurso Extraordinário (RE) 565089, ao qual foi negado o provimento.

Dias Toffoli argumentou que o Judiciário deve respeitar a competência do chefe do Executivo de cada unidade federativa, em conjunto com

o respectivo Legislativo, para a tomada de decisão mais adequada na questão da revisão anual. Para o presidente do STF, o chefe do Executivo também deve considerar fatores como a responsabilidade fiscal, que prevê limites prudenciais de gastos com pessoal. Ele lembrou que a proposta orçamentária do Judiciário de 2020, enviada pelo STF ao Congresso Nacional neste ano, não prevê a revisão de recomposição de perdas inflacionárias.

Para as entidades sindicais, a decisão do Supremo relativiza e nega o direito à revisão anual dos servidores, rasgando a Constituição, a coisa julgada (ADI 2061) e duas

leis federais que asseguram esse direito (Lei 7.706/89 e 10.303/2001).

Sindprevs/SC e Fenasps criticaram a decisão do STF. Os dirigentes sindicais são enfáticos ao afirmar que a decisão demonstra uma postura de omissão dos ministros do STF, diante da ausência de uma política salarial para o serviço público, o que simboliza o alinhamento do Supremo às medidas de contingenciamento do serviço público, como a Emenda 95 e a lógica de privatização do Estado brasileiro.

Fonte: Informações do Portal do STF

# Geap realiza desligamento de beneficiários

O número de beneficiários que tiveram seus planos cancelados pela Geap vem aumentando a cada dia. Em 2016, a Fenasps, considerando abusivo o aumento determinado pelo conselho da Geap, obteve na justiça o limite de aumento de no máximo 20%. A decisão foi derrubada posteriormente.

A Geap emitiu boletos relativos à correção dos valores de 2016 e desligou do plano os segurados que não realizaram o pagamento. Essa cobrança configurou quebra no acordo assinado em fevereiro deste ano, onde a Geap se comprometeu a conceder o perdão "da diferença apurada entre os percentuais aplicados nos processos ajuizados e os percentuais que realmente deveriam ser aplicados pelos custeios aprovados pelo Conad àqueles beneficiários elencados na listagem que integra os autos". Com base no acordo, as entidades orientaram o não pagamento de nenhum valor extra. Desde agosto, Federação e sindicatos têm realizado diversas reuniões para resolver a situação. A Geap alegou que não fez cancelamentos de assistidos que estão em tratamento, desligando o beneficiário devedor apenas após alta hospitalar. E, segundo seus representantes, apenas quem é informado por e-mail ou pela central telefônica e que respondem aos avisos de recebimento (AR) é que têm seus planos cancelados.

A última reunião com a Diretoria da Geap ocorreu no dia 25 de outubro. Os diretores da Fenasps expressaram preocupação diante dos problemas referentes à ação liminar da Anasps. A solução encontrada pela Geap foi o parcelamento em até doze

vezes sem juros, com parcelas mínimas de oitenta reais. A Fenasps solicitou aumento do número de parcelas para refinanciamentos. Os sindicalistas também falaram da exclusão dos pensionistas, mesmo aqueles sem pendências. Considerando que a lei garante per capita para pensionistas, a Geap afirmou que fará um termo aditivo no convênio único para garantir o retorno.

A administração da Geap se comprometeu a fazer a discussão do aumento do valor per capita pago pelo Governo que atualmente está em torno de 13%. As entidades sindicais seguem nas mobilizações políticas para garantir o aumento da per capita patronal no orçamento de 2020. No dia 24 de outubro, a Federação também se reuniu com o senador Marcelo Castro (MDB/PI), presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). As entidades solicitam o aumento da per capita patronal para 50%. O senador Marcelo Castro ponderou que é um momento delicado para se tratar do tema, considerando a política de arrocho fiscal do governo Bolsonaro e a promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, que limita o teto de gastos públicos até 2036.

A Fenasps argumentou que, caso a per capita patronal aumente, um grande número de servidores voltará às carteiras da GEAP, oxigenando os planos e permitindo um aporte financeiro ainda maior. Além disso, isso gerará um reajuste indireto, desonerando os servidores dos altos valores a serem pagos, sem ter que alterar questões trabalhistas do funcionalismo.



Anvisa

# Ataque à Anvisa reflete política privatista do Governo Bolsonaro



As políticas de desmonte do serviço público do governo Bolsonaro atacam, de forma brutal, a Anvisa. A instabilidade e o esvaziamento do quadro funcional colocam em xeque o conjunto das atividades realizadas pelo órgão, essenciais para a saúde da população brasileira. A fiscalização na entrada de uma série de produtos e medicamentos, além do controle sanitário geral de bens, serviços e pessoas que circulam por aeroportos, portos e fronteiras não estão sendo executados pela falta de pessoal.

Desde abril, as mudanças no Regimento Interno da Anvisa, resultado da resolução 274, refletiram na estrutu-

ra de Portos, Aeroportos e Fronteiras (PAFs) e nas unidades de fiscalização sanitária que mantinham sedes administrativas estaduais, agora submetidas às coordenações regionais.

As principais alterações foram realizadas nas áreas de PAFs que estão sob o risco de extinção, como já aconteceu em Congonhas/SP e em Florianópolis/SC, e a criação de coordenações regionais. Nos locais onde ocorreram extinções, os reflexos para os servidores foram imediatos, o que incluiu remoções e deslocamentos de locais de trabalho. Ainda estão previstas outras duas etapas que serão mais prejudiciais e impactantes, de

acordo com a avaliação dos dirigentes da Devisa/Fenasps. Em Santa Catarina, a coordenação estadual já foi incorporada pela regional sul, com sede em Curitiba, no Paraná.

Este modelo de reestruturação das áreas de PAFs atua com a perspectiva de não ampliar o quadro funcional. Como nos demais órgãos federais, não é uma prioridade para o atual governo realizar concurso público, enxugando ao máximo a estrutura da Agência. Na avaliação dos dirigentes sindicais, a intenção do governo é extinguir os serviços que a Anvisa realiza, já que os postos estão sendo eliminados e o quadro funcional não tem previsão

de ser ampliado. Em 2012, a Anvisa contava com cerca de 1.200 fiscais em todo o país. Hoje, aproximadamente 300 profissionais atuam nesta função, com perspectiva de redução do quadro para 2020.

Outra situação é o teletrabalho. A política para o exercício da modalidade, definida pela Direção Geral da Anvisa, está em constante adaptação e transformação. O Devisa/Fenasps e o Sindprevs/SC avaliam que há uma relação desigual entre quem pratica o teletrabalho e aqueles que trabalham presencialmente e ficam sujeitos ao SIREF e a um rigor de controle pelas chefias.

Notas

## RETORNO DOS PAIS

Os diretores da Fenasp vêm cobrando da Geap um tratamento igualitário em relação ao retorno dos pais dos servidores aos planos de saúde. No INSS, por exemplo, isso ocorre devido ao cumprimento de uma ação judicial impetrada pela federação em 2006. O que, infelizmente, não está ocorrendo com os pais de servidores do Ministério da Saúde, que acabam retornando aos planos com um valor mais alto. Para as entidades sindicais, essa é uma questão que deve ser equalizada com a maior celeridade possível, já que a liminar é a mesma para servidores do INSS e do Ministério da Saúde.



## REAJUSTE PARA 2020

Os representantes da GEAP afirmaram que o atuário contratado pela fundação está fazendo análise do reajuste para 2020 e deve apresentar ao Conad em outubro ou novembro deste ano.

Com informações da FENASPS

## INÍCIO DA TEMPORADA 2019/2020 NO CAMPING



A temporada 2019/2020 no Complexo Esportivo e de Lazer Ademar Rosa, em Ponta das Canas já tem data para começar. A abertura está marcada para o dia 07 de dezembro. A data de encerramento será no dia 08 de março. O camping do Sindprevs/SC possui uma infraestrutu-

## REFORMAS À FORÇA

O Sindprevs/SC organizará no dia 20 e 21 de novembro um seminário sobre os reflexos das reformas: Previdenciária, Administrativa e Sindical para os servidores públicos e para toda a classe trabalhadora.

## PLENÁRIA SINDICAL DE BASE

No dia 21 será realizada a Plenária Sindical de Base. A última do ano além dos Delegados de Base e Representantes dos Aposentados e Pensionistas.

## NOVO JURISPREV ESTÁ CHEGANDO!

Até o final do ano, chegará à casa dos filados e filiadas um jornal especial, o Jurisprev, nova edição, novo projeto gráfico e editorial, todo reformulado e com muito conteúdo sobre questões jurídicas e suas implicações políticas nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da Anvisa, do Seguro e da Seguridade Social.

Com informações importantes sobre ações judiciais, do Departamento Jurídico do Sindprevs/SC, sobre os feitos das reformas trabalhistas, previdenciária e sindical na vida laboral dos trabalhadores e para a sociedade.

O objetivo é informar a categoria sobre tudo o que acontece no Departamento Jurídico e levar conteúdo político e de qualidade aos nossos associado e associadas. A informação é nossa maior arma para organizar a luta. Fique ligado nessa novidade e em mais este canal de comunicação do Sindprevs/SC com você.

## ASSEMBLEIA GERAL

Também no dia 22, pela manhã, será realizada a Assembleia Estadual Geral para organizar nossa resistência aos ataques e retiradas de direitos que estão sendo concretizadas pelo governo Bolsonaro.



Fotos: Dieine Gomez

